

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Bárbara de Brito Barbosa

Elaine Conte

1 INTRODUÇÃO

Os assuntos sobre inteligência financeira são discutidos há muito tempo, porém, na maioria das vezes, é uma temática que se discute somente na idade adulta, onde muitas pessoas já se encontram endividadas, pois não desenvolveram os saberes sobre como administrar o dinheiro, não conseguindo suprir suas necessidades diárias, tampouco realizam planejamentos para atingirem seus

sonhos. Um dos aspectos comuns a todos os sujeitos é aprender o como usar seus próprios recursos financeiros ou como sobreviver na falta deles. Para prover as suas necessidades e desejos, as pessoas precisam dispor de recursos monetários básicos, a fim de obter produtos e serviços, que vão desde a alimentação, moradia, educação, saúde, entre tantas outras necessidades humanas. Nesse sentido, a administração dos recursos pessoais é parte integrante da invenção do cotidiano e da rotina de todas as pessoas.

Para que seja possível usufruir de uma vida financeira equilibrada, o sujeito precisa aprender e praticar diversos conceitos, tais como o planejamento financeiro, controle financeiro, investimentos, entre outros. Entretanto, a dificuldade apresentada pela população brasileira em administrar suas finanças pessoais pode ser observada em dados apresentados pelo Serasa. Nesses indicadores, projeta-se que 61,6 milhões de brasileiros estão com contas atrasadas há mais de 90 dias, o que corresponde a 40,3% da população brasileira endividada e inadimplente.

Nessa perspectiva, nota-se a ausência de uma educação financeira nas instituições de educação básica brasileira. Sendo assim, na fase crucial do processo de formação e desenvolvimento dos sujeitos, a população não tem acesso a essa aprendizagem tão significativa para a vida.

Por isso, compreender o tema da inteligência financeira e relacioná-la com a educação é trilhar por um caminho com poucas pesquisas aprofundadas sobre o tema. Além disso, parece haver um consenso de que esse assunto não deve ser discutido em sala de aula. Entretanto, o tema serve de impulso para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, segundo Habermas (1993, p. 94), “pelo fato de não sabermos se é dada a possibilidade de sucesso, devemos ao menos tentar. Sentimentos apocalípticos não produzem nada, além de consumir energias que alimentam nossas iniciativas”.

Podemos discutir a importância do papel da família na construção desse sujeito mais participativo da vida social e financeira do capitalismo e que precisa ser estimulado a desenvolver relações sobre essa questão desde criança. Para isso, entendemos que é necessário compreender e contextualizar o percurso do conceito de infância. Desse modo, conseguimos compreender que as crianças, mesmo que inconscientemente, seguem os exemplos padronizados da família, como descreve Ariès (2014) em seus estudos. Outra questão importante para compreender as situações financeiras da atualidade é resgatar a historicidade, a visão humana sobre o dinheiro desde a época dos sistemas de trocas. Assim sendo, no ambiente escolar deveríamos dar visibilidade para essas questões e inquietações, pois explorar desde a infância a importância da educação financeira faz com que os educandos compreendam a função social do dinheiro, tendo em vista a capacitação para o agir social e a abertura para a cidadania em um futuro equilibrado. Almeja-se um futuro com tomadas de decisão mais esclarecidas e com

projeção da própria experiência de vida, não permanecendo reféns do sistema capitalista que nos governa.

A introdução do assunto da inteligência financeira desde as primeiras experiências de educação formal pode ser uma forma de evitarmos que as futuras gerações cheguem a números alarmantes de endividamento e da falta de um empoderamento social e profissional pelo desconhecimento do assunto. Nesse sentido, verificamos que, no Brasil, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que realizou A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), as famílias se encontram cada ano mais endividadas e a proporção das que possuem contas em atraso aumentou em 0,4% de março para abril do ano de 2017 (CNC, 2017). Esses dados são preocupantes.

Diante desse contexto, surgem vários questionamentos: Qual a importância de a educação financeira ser discutida desde a Educação Infantil? A escola e a família poderiam auxiliar na educação financeira? As famílias ensinam as crianças a desenvolverem as primeiras noções sobre o trato financeiro? Se o ato de educar é uma prática social, por que existe falta de preocupação com o bem-viver, a partir do desenvolvimento da inteligência financeira e emocional? Esta pesquisa, portanto, não visa responder a todas essas questões, mas tem o objetivo de suscitar o debate sobre os limites e possibilidades da educação financeira desde a educação infantil, bem como o papel da família e da escola nessa experiência formativa.

Embora seja notável a relevância do assunto, a educação financeira não é uma disciplina obrigatória na educação básica, por essa razão, as escolas acabam não dando a devida importância ao tema. A escola tem um papel fundamental na vida das crianças. A educação básica, por exemplo, tem como um de seus objetivos auxiliar na formação de cidadãos participativos e críticos. Assuntos relacionados às finanças são pertinentes em todas as etapas da educação básica, principalmente no ensino fundamental e ensino médio. Na medida em que o estudante vai amadurecendo, esses aprendizados podem ir aperfeiçoando o caráter humano, ético, cognitivo-instrumental, prático-moral e a complexidade das compreensões da vida em sociedade.

Nesse cenário, o estudo se justifica por tratar de um assunto atual, tendo em vista os endividamentos de uma grande parcela da população brasileira e de grande significância para todos os sujeitos. Além disso, poderá sinalizar que a inserção de debates sobre a Educação Financeira desde a Educação Infantil nas escolas poderá estimular aprendizados fundamentais para a vida em comunidade. Esses saberes são capazes de proporcionar um positivo impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo também para o início da mudança de um dos aspectos mais comuns e graves de nossa sociedade, que seria a falta de planejamento e controle financeiro pessoal, que resulta em indicadores graves, tais como nível de endividamento pessoal/familiar e índices de inadimplência. A metodologia é de revisão de literatura, buscando os conhecimentos sobre o assunto em artigos científicos, obras sobre a temática abordada e documentos legais. Após essa breve introdução, apresentamos a metodologia que embasou a pesquisa, seguida do referencial teórico. Na sequência, tecemos a análise e discussão dos dados e encerramos o trabalho com algumas indicações de um trabalho cooperativo entre Estado, escola, família e a comunidade para melhorar a forma de abordagem e tratamento da educação financeira desde a infância.

2 PROBLEMATIZAÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo tem como abordagem a pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, visto que exploramos e articulamos leituras e reflexões de artigos, teses, livros e monografias. Dessa forma, encontramos uma vantagem significativa no que tange à abrangência de materiais estudados e utilizados no decorrer do trabalho. Conforme ressalta Gil (2002, p. 45):

Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se

tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas.

Assim, pesquisamos, consultamos e utilizamos documentos legais, o que permitiu-nos classificar o estudo também como pesquisa documental, pois, segundo Gil (2002), a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, visto que segue os mesmos passos.

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultada nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 46).

Para início das pesquisas realizamos etapas que nos auxiliaram para a elaboração deste artigo. Na perspectiva de Gil (2002), existem passos essenciais para a construção de uma pesquisa científica, dentre eles: a escolha do tema - é o primeiro passo e o mais importante; pesquisas bibliográficas preliminares; formulação do problema; busca das fontes; leitura do material. Sendo assim, esses passos foram de extrema importância para que pudéssemos organizar nosso trabalho de uma maneira coerente e encadeada, auxiliando o seu desenvolvimento e as articulações com a formação e o ato de educar, além de abordar livros de literatura infantil que trazem diferentes ensinamentos sobre o que é riqueza na vida.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para contextualizar a temática da educação financeira desde a Educação Infantil foi necessário reagentar alguns conceitos, dentre eles, o que compreendemos por infância. O cuidado com o público infantil é algo recente, que vem ganhando visibilidade e importância na atualidade. Por muito tempo, as concepções de infância ficaram ocultas por várias razões que perpassam a cultura, a economia e a história. O termo infância, segundo Andrade (2010, p. 55), tem um caráter mutante, “[...] cujo significado resulta das transformações sociais, o que demonstra que a vivência da infância se modifica conforme os paradigmas do contexto histórico e outras variantes sociais como raça, etnia e condição social”. Em relação ao caráter histórico e social do termo infância, Kuhlmann Júnior (2001, p. 16) comenta que “[...] toda sociedade tem seus sistemas de classes e idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel”. Para o autor, é necessário reconhecer as crianças enquanto sujeitos históricos, em outras palavras, “[...] é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver e no seu morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 32). Desse modo, ao longo da história, as crianças foram tratadas segundo os estereótipos sociais e as características de cada sociedade e contexto histórico. Daí decorre o conceito de infância, que passa a ser compreendido segundo a forma como as crianças são culturalmente percebidas. De acordo com Ariès (2014), no período medieval, quando a criança não necessitava mais dos cuidados específicos da mãe, já ingressava na sociedade adulta e não se distinguia dos demais. Durante a sociedade medieval surge um sentimento com relação à infância, pois pela sua ingenuidade e alegria se tornava uma fonte de distração, de relaxamento para o adulto, um sentimento que incitava a paparicação dos adultos pelas crianças pequenas. Este sentimento era mais característico nas mulheres (mães ou amas), pois devido ao contexto cultural, eram responsáveis pelo cuidado das crianças e sentiam prazer em agradá-las e paparicá-las. Atribui-se à criança a ingenuidade e a inocência e, ao mesmo tempo, a imperfeição e a incompletude, que faz com que seja considerada como incapaz de fazer algo por conta própria frente à extrema estimulação. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÉS, 1981).

No século XIII, atribuíram-se às crianças modos de pensar e sentimentos anteriores à razão e aos bons costumes. Cabia aos adultos desenvolver nas crianças o caráter e a racionalidade. No lugar de procurar entender e

aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a originalidade de seu pensamento, pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas, preparadas para a vida adulta. Assim, “a descoberta da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, uma espécie de quarentena, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p. 23).

Outro aspecto marcante da época era a educação das crianças. De acordo com Áries (1981), na era medieval, as crianças ao invés de aprenderem o letramento e a alfabetização que era essencial para levarem a vida adiante no sistema escolar, recebiam conhecimentos elementares e empíricos para prestação de serviços. O autor também afirma que, nesse período, a socialização e a transmissão de valores e de conhecimentos não eram assegurados pelas famílias, pois as crianças eram afastadas cedo de seus pais e passavam a conviver com outros adultos, ajudando-os em suas tarefas e, a partir daí, não se distinguia mais desses. Nesse contato, ela passava dessa fase infantil para a vida adulta.

Cabe ressaltar que nessa época conceitos fundamentais sobre o desenvolvimento infantil ainda estavam muito distantes de serem articulados. A civilização medieval, segundo Ariès, não percebia um período transitório entre a infância e a idade adulta. Heywood (2004, p. 23) comenta que “[...] era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala”. Assim, até o século XVI, a cultura da infância praticamente inexistia. Em meados dos séculos XVI e XVII, a infância foi reconhecida, sendo vista sob outro olhar, numa nova percepção, passando a ser valorizada e respeitada por sua existência. A escola incumbiu-se da aprendizagem como meio de educação. “A nova idade adulta, por definição, excluiu as crianças. E como as crianças foram expulsas do mundo adulto, tornou-se necessário encontrar um novo mundo que elas pudessem habitar. Este outro mundo veio a ser conhecido como infância” (POSTMAN, 1999, p. 34).

Segundo os estudos de Barbosa (2010, p. 24), “percebemos que a criança e seu modo de vida estão fortemente ligados à cultura, juntamente com as circunstâncias de produção e consumo dependendo da forma cultural que a cerca”. À primeira vista, devido às mudanças de desenvolvimento da sociedade como um todo, o conceito de infância foi se modificando com o passar dos anos e sendo mais valorizado. Embora essa explicação possa ser correta em se tratando de determinados movimentos socioculturais, percebemos que a criança é um ser singular e que mesmo que tenha a sua infância valorizada, também trabalhamos com novas formas de despertar os conhecimentos cognitivos e emocionais para as ações futuras. É importante salientar que essa tomada de consciência pode ser desenvolvida por meio de brincadeiras, como afirma Vygotsky (1994, p. 67):

Brincar é coisa séria, também, porque na brincadeira não há trapaça, há sinceridade e engajamento voluntário e doação. Brincando nos reequilibramos, reciclamos nossas emoções e nossa necessidade de conhecer e reinventar. E tudo isso desenvolvendo atenção, concentração e muitas habilidades. É brincando que a criança mergulha na vida, sentindo-a na dimensão de possibilidades. No espaço criado pelo brincar nessa aparente fantasia, acontece a expressão de uma realidade interior que pode estar bloqueada pela necessidade de ajustamento às expectativas sociais e familiares.

De acordo com o autor, brincando é que as crianças fazem relação com o que é real e o que é fantasia, sendo uma forma prazerosa de aprender novos conceitos, exercitando uma espécie de epistemologia social para construírem hábitos que refletirão na vida adulta. É também um caminho para o desenvolvimento cognitivo, emocional, relacional e sociocultural, no sentido de que projeta ações relacionadas ao criar e às experiências estético-expressivas. O contato com as experiências culturais e concretas farão a diferença quando adquiridos desde a infância, tanto em casa com a família, quanto no âmbito escolar desde a Educação Infantil.

Observamos que o conceito em torno de uma cultura própria da infância não existia e que foi ganhando forma e importância com o passar dos anos, bem como as transformações na economia e na sociedade. Por sua vez, o conceito de dinheiro é algo muito mais recente, assim explicitado por Souza (2012, p. 15):

O assunto educação financeira no Brasil é algo novo. A história do país é marcada por uma

constante instabilidade econômica e pela inflação. Esta época onde se falar em educação financeira era totalmente fora do contexto se deu há pouco tempo atrás. Como não tivemos essa educação e carregamos as cicatrizes desta história, devemos ter total atenção para não fazermos disso um círculo vicioso, passando isso aos nossos filhos, pois, é algo que, nos dias atuais, faz toda diferença em suas vidas.

Mediante esse entendimento, percebemos que é necessário trabalhar a inteligência financeira em sala de aula para que cada vez mais possamos ampliar nossa visão sobre os mais diversos tipos de conceitos, incluindo o dinheiro, sua utilização e o planejamento com as crianças. Salienta-se que a educação financeira já aparecia antigamente, porém, não com essa nomenclatura, pois há muito tempo percebe-se a preocupação com os gastos exagerados e problemas financeiros, em vários aspectos. Identifica-se, por exemplo, desde a Idade Média, a preocupação em se poupar dinheiro.

Como afirmou Aristóteles (1996, p. 180 apud SILVA, 2012, p. 8):

A pessoa que tende para o excesso e é vulgar excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco importantes [...]. E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir; ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deve gastar pouco gasta muito.

Sendo assim, constata-se que os antigos pensadores, embora não fazendo uso do termo educação financeira, já sinalizavam a necessidade de refletir sobre o tema, sobretudo, com relação a uma maneira consciente de consumir. Tratar e problematizar a educação financeira desde a Educação Infantil é de grande importância, uma vez que pessoas bem preparadas estarão aptas a lidar com seus recursos cotidianos, com as diferentes formas de vida e a convivência humana. Nessa perspectiva, a inclusão de tal temática poderá ser um grande passo para que índices de endividamentos e inadimplência sejam reduzidos no futuro. Para que possamos compreender a função social da escola na cultura plural em que vivemos, necessitamos estudar como está documentada nos dispositivos legais a abordagem sobre educação financeira, conforme veremos a seguir.

3.2 A educação financeira nos dispositivos legais

A escola tem um papel fundamental na vida das crianças, pois atua como um agente promotor de diversos aprendizados que por muitas vezes perpassam os conteúdos descritos nos currículos. Porém, se torna indispensável analisar os dispositivos legais para que possamos compreender o que é proposto em termos de educação financeira e o que podemos melhorar para atingir as aprendizagens sociais acerca dessa temática.

Começar analisando os dispositivos legais não é uma tarefa fácil, tendo em vista que necessitamos encontrar conexões com o tema proposto, pois surge como um conteúdo matemático, seguidamente tomado com um sentido vazio, porque é abstraído das questões do mundo cotidiano. Sendo assim, podemos ver que não está explícito nos textos como abordar tal assunto em sala de aula. Os professores que se preocupam com a formação humana dos estudantes possuem uma tarefa complexa. Cada vez mais se buscam elevados resultados nas provas, prazos, padrões e formalidades escolares, ao invés de incentivar a aprendizagem, a cultura, a experiência humana e o prazer de adquirir novos conhecimentos. Essas questões parecem estar desaparecendo ou sendo reduzidas na sala de aula (ARMSTRONG, 2008).

Nessa perspectiva, a família e os educadores têm uma tarefa árdua, que é encontrar maneiras para motivar e envolver essa nova geração para a aprendizagem. Computadores, internet, tablets, smartphones e jogos são algumas alternativas para auxiliar no ambiente escolar, visto que são ferramentas fundamentais na nova era da comunicação e podem ser aproveitadas para facilitar o conhecimento, uma vez que esses jovens estão inseridos

no chamado mundo digitalizado. Uma realidade nova exige mudanças na escola, na postura dos professores e nas metodologias de ensino. O professor continua sendo uma peça importantíssima no processo de ensino, mas precisa perceber e aprender a reinventar em meio às mudanças constantes, como, por exemplo, a busca de informações e a utilização de forma dosada desses artefatos com o intuito de trazer benefícios e interatividade no ambiente escolar (CRESEDE, [201-]; FAVA, 2014).

Outro fator considerável, conforme afirmação de Schaefer (2015, p. 143), é que “o entrelaçar entre afetividade e aprendizagem, resulta numa vivência mais harmoniosa e significativa do cotidiano escolar”. Em resumo, os professores precisam reaprender com as mudanças para se aproximar dos estudantes e contribuir para a motivação da aprendizagem das novas gerações e, conseqüentemente, melhorar o relacionamento com os educandos na sala de aula.

De acordo com Armstrong (2008), observa-se nas escolas que há pouco incentivo à criatividade das crianças e jovens, visto que os resultados ocorrem basicamente através de notas e testes padronizados. Aparentemente, o propósito do ensino é de apoiar e estimular a capacidade do educando para obter notas altas nas provas, principalmente nas disciplinas centrais do currículo. Em sua abordagem, o referido autor comenta que o foco do ensino escolar é incoerente, muitas vezes, concentrando-se na memorização de teorias e fatos isolados, ao invés de criar ambientes de aprendizagem para os estudantes explorarem conceitos e problemas que fazem ou farão parte de suas vidas.

O ambiente escolar é o lugar onde as crianças e jovens obtêm diversos conhecimentos, mas também aprendem a conviver em sociedade. Nesse período, já são feitas algumas escolhas que começam a influenciar na realização de sonhos, além da identificação do papel social que todos temos na sociedade. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os anos iniciais do ensino fundamental servem para proporcionar aos educandos um letramento e uma nova visão do mundo, novas possibilidades de interpretar fenômenos e tirar conclusões para construir conhecimento. Já nos anos finais do ensino fundamental há desafios mais complexos, em que o aluno se aprofunda mais nos conteúdos e amplia o conhecimento das áreas de estudo (MEC, 2017). Entretanto, não encontramos nenhuma orientação com relação a como trabalhar com a educação financeira.

A escola de ensino médio, etapa final da educação básica, possui como um de seus papéis tornar os estudantes cidadãos críticos, que tenham capacidade de entender e transformar o mundo. Para isso ocorrer, a escola precisa perceber os jovens como pessoas com comportamentos, emoções, valores, visões, interesses e necessidades singulares (CRESEDE, 2018). Segundo a Lei nº 9.394/1996, “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 1996). Isso reforça a importância dessa etapa final da educação básica, a qual fecha esse ciclo e prepara o jovem para o que vem a seguir – a inserção no mercado de trabalho. No caso deste artigo da LDB 9394/96, pode-se subentender que termos como “educação integral” ou “construção do projeto de vida” podem abarcar ensinamentos relacionados à educação financeira, mas isso não está explícito neste dispositivo legal.

Referente às avaliações, as instituições de ensino não deveriam limitar-se apenas a um modelo restrito de notas, testes com padrões uniformes e pesquisas científicas, pois, assim, uma parte importante da educação é deixada de lado, como, por exemplo, educação vocacional, incentivo à criatividade, atitudes positivas, habilidades e exploração de conceitos e resolução de problemas para potencializar a imaginação (ARMSTRONG, 2008; OLIVIERI, 2013). Esses problemas quando são abertos e não buscam um único resultado propiciam mais de uma solução. Assim, os estudantes podem se comprometer para discutir, especular, buscar informações, analisar e redefinir esse problema. Ou seja, quanto menos específico o problema é, maior a chance de desenvolvimento de habilidades criativas para solução e estudos de casos (GRANZOTTI et al., 2015).

Fava (2014) denomina essas mudanças no ensino como Educação 3.0, que traz uma geração de jovens que acompanharam de perto o principal avanço tecnológico de todos os tempos. O autor também denomina nativos digitais aqueles jovens que já nasceram nessa era atual e emigrantes digitais os indivíduos que não tiveram acesso a esses avanços e estão se adaptando. Assim, percebe-se que os nativos irão transformar o mercado e as indústrias, com uma busca incansável para utilizar cada vez mais a tecnologia nas rotinas, trazendo, dessa forma, benefícios e praticidades para as pessoas. Conforme o Art. 35 da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a BNCC traz os objetivos de aprendizagem do ensino médio, dentro de 4 campos de estudo: “I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas”. A inclusão de novos componentes ou alterações dependem da aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação do Brasil.

A BNCC também define o conjunto de estudos essenciais que devem ser desenvolvidos no decorrer da educação básica, como, por exemplo, habilidades, competências e conhecimentos. A Base serve para nortear os currículos das redes de ensino e as orientações pedagógicas das escolas, para criar um padrão nacional, além de contribuir para formação humana e para a formação de uma sociedade justa, inclusiva e democrática (ANNUNCIATO, 2018).

O problema que insiste em permanecer é a desconsideração das diferenças nos processos de ensino e de aprendizagem e as distintas habilidades dos estudantes. Isso sem falar nos interesses e suas preferências, que já se tornam questões insignificantes nas escolas, pois todos são obrigados a respeitar e seguir um padrão nas avaliações (ARMSTRONG, 2008).

O resultado da interpretação pode ser diferente para educandos ao receberem o mesmo texto, se tratando de conhecimentos técnico-científicos ou ideias. Alguns podem compreender de forma literal e outros com uma análise mais profunda e tecendo relações entre os saberes (FONTES, 2016). Com o passar dos anos e a evolução, fica evidente que os métodos de ensino precisam acompanhar essas mudanças. O que antes podia ser visto como uma transmissão de conteúdo, hoje passa a ser algo extremamente complexo. É preciso utilizar a tecnologia ao nosso favor, com mídias participativas para interação e disponibilizando uma variedade de projetos, flexibilidade e customização, não apenas nas metodologias da aula, mas também na avaliação (FAVA, 2014). Além dessas atribuições dos professores frente à nova realidade da escola, de acordo com o Art. 13 da Lei nº 9.394/1996, o docente tem a responsabilidade de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III - zelar pela aprendizagem dos alunos; IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

O currículo escolar leva os educandos a estudar muito e obter boas notas em testes, porém, o mundo não é apenas isso, é mais complexo. Educação financeira, questões básicas de política e orientações profissionais são alguns exemplos de temas que poderiam ser abordados com mais frequência nas salas de aula. Questões essas que podem contribuir na inserção dos jovens no mercado de trabalho, além de possibilitar às crianças a abertura para a autonomia e os conhecimentos de como exercer a cidadania participativa para a tomada de decisões na vida adulta com mais responsabilidade. As pessoas que defendem uma atualização no currículo escolar alegam que é necessário o incentivo dos potenciais particulares dos estudantes, ao invés de apenas limitar a capacidade das crianças por meio de testes e avaliações que mostram se a pessoa “está pronta” ou não. Essa alteração pode ser considerada como discurso de desenvolvimento humano, ao invés do discurso de capital humano que temos hoje. É preciso que a escola contribua na formação dos educandos para que tornem o mundo um lugar melhor (ARMSTRONG, 2008).

Em vista disso, o Brasil já busca uma reforma do ensino médio, ou seja, uma mudança na estrutura do sistema de ensino atual. Isso seria uma maneira de flexibilizar o currículo, permitindo que o estudante, após cumprir a BNCC, possa escolher uma área de conhecimento para se aperfeiçoar. A BNCC recomenda a criação de um cronograma para implantar todas as mudanças de lei e implementar o processo de adaptação à reforma. Os defensores dessa mudança afirmam que seria uma maneira de aproximar os estudantes da realidade e do mercado de trabalho. Além dessa modificação no ensino médio, o Brasil pretende investir cerca de 1,5 bilhão de reais para criar escolas de tempo integral, em que a grade curricular do ensino médio passará de 800 horas/ano para 1.400 horas/ano. A meta é que 50,0% das unidades educacionais do país sejam atendidas pelo ensino integral até 2024. Essa é mais uma estratégia para complementar ainda mais o ensino médio e preparar o jovem cada vez mais para o futuro (MEC, 2018).

Já os contrários à reforma do ensino médio afirmam que não há uma preocupação com os principais problemas das escolas públicas brasileiras, que são as más condições de funcionamento e estrutura. Também há uma desvalorização da área de humanas e foco apenas em mercado de trabalho, ao invés de uma formação para a cidadania. Esses acreditam sim que deveria haver uma mudança no ensino, porém uma reforma em todo o ensino básico, não apenas no ensino médio e da maneira proposta. A reforma em questão torna-se incerta, pois deveria ser planejada com mais tempo, consultando a sociedade e diversos especialistas da área (ANPED, 2017).

Paralelo a isso, no estado do Rio Grande do Sul existe um projeto dirigido às escolas públicas, chamado Programa Escola em Tempo Integral, que possui como principal objetivo permitir que os educandos tenham acesso a conhecimentos importantes para serem inseridos na sociedade, uma vez que essa é a principal função social da escola. A proposta pedagógica foi definida pelo Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação, atingindo as áreas de conhecimento de linguagem, matemática, ciências da natureza, educação ambiental e direitos humanos. Assim, os estudantes permanecem na escola aproximadamente sete horas diárias, entre manhã e tarde. De 2015 para 2016, o número de escolas estaduais atendidas pelo programa aumentou de 46 para 104 e o número de alunos atendidos saltou de 9,9 mil para 20,5 mil. O Programa Escola em Tempo Integral possui uma meta de atender, no mínimo, 50,0% das escolas públicas do estado até 2025, para conseguir atingir cerca de 25,0% dos estudantes da educação básica do Rio Grande do Sul (SERS, 2018).

Outros autores, a exemplo de Magalhães Júnior, Santos e Silva Neta (2016), entendem que existem instituições de ensino conceituadas que priorizam a aprendizagem cooperativa, que é uma metodologia que encoraja os estudantes a trabalharem em conjunto para aprender e colaborar na apropriação de conhecimento dos colegas, reforçando o entendimento de trabalho em equipe para desenvolverem aspectos profissionais e pessoais. Muitas mudanças positivas ocorrem com os adolescentes nesse período intermediário entre 15 e 17 anos, incluindo a capacidade de organizar planos de longo prazo e maior capacidade de formar opiniões sobre questões éticas e morais, seja usando a internet e as redes sociais. Outro fator significativo nesse período é que há descobertas de talentos ou novas habilidades, o que colabora na construção de metas e sonhos (ARMSTRONG, 2008).

Assim como afirma Fava (2014), é preciso utilizar as ferramentas existentes, como, por exemplo, acesso à informação, tecnologia e digitalização em geral para auxiliar e estimular os educandos. Esse autor utiliza as palavras mapa e bússola em seus estudos, explicando que o modelo antigo de ensino é como um mapa que com o tempo ficou obsoleto. Já as sugestões de melhoria e evolução no ensino se encaixam no conceito de bússola, pois há intenção de direcionar os estudantes para encarar o mundo, lidar com problemas e buscar o pleno desenvolvimento. Existem algumas alternativas de avaliações que se diferem dos modelos tradicionais, que podem avaliar quesitos de compreensão dos conteúdos de uma maneira que exige criatividade dos educandos. Essas alternativas podem ocorrer por redação, estudos de caso, aprendizagem fundamentada em problemas, investigações, etc. (FONTES, 2016).

Afirma-se que o ensino médio tem como uma das principais funções preparar para o mundo do trabalho, para o viver como um adulto, independente e de sucesso no mundo real. Algumas possibilidades para pessoas

que querem complementos de aprendizagem são: instituições alternativas, escolas técnicas, programas registrados de profissionalização, programas de ensino online, cursos que unem trabalho e estudo, intercâmbios que aliam viagem, estudos e atividades empreendedoras. Escolas onde os cursos acadêmicos são integrados a cursos técnicos são ótimas opções para jovens que almejam uma abordagem voltada à carreira (ARMSTRONG, 2008).

Foi criado pelo Ministério da Educação o Programa Brasil Profissionalizante, que teve como foco consolidar as escolas estaduais de educação profissional em todos os estados do país a partir de 2007. Houve investimento para modernizar e expandir essa rede pública, para unir conhecimento básico do ensino médio à prática profissional e tecnológica. Em 2008, já haviam sido criadas 25 unidades escolares (MAGALHÃES JÚNIOR; SANTOS; SILVA NETA, 2016). Essas escolas que possuem o ensino médio e técnico juntos tornam-se um diferencial quando o estudante se forma e participa de algum processo seletivo para concorrer a uma vaga de emprego. O mercado oferece cada vez mais vagas de emprego que exigem a capacidade de tomar decisões sem orientações estabelecidas. Ou seja, pessoas que possuam raciocínio rápido e que saibam comparar alternativas e optar por caminhos coerentes, com embasamento e responsabilidade. Por esse motivo é importante a escola preparar os jovens para o futuro e a educação financeira faz parte desse preparo, uma vez que está inserida em todos os lugares. Fazer um orçamento e planejamento financeiro, decidir por um investimento, comprar um imóvel ou encarar um financiamento são exemplos de ações básicas na vida das pessoas que fazem parte do tema “finanças” (FAVA, 2014). A seguir será comentada a importância da família e da escola para a educação financeira.

3.3 A família e a escola na educação financeira

Para que possamos formar um cidadão, iniciamos falando sobre as instruções recebidas desde a infância pela família que podem influenciar nas atitudes e pensamentos das crianças. Como afirma Freire (1979, p. 27), “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”. Precisamos compreender como esse ser humano foi instruído e quais os pré-conceitos, em termos de tradição cultural, que ele carrega e reflete na vida escolar.

Nos dias de hoje ocorrem mudanças econômicas que afetam a vida das pessoas a todo o momento, por isso é necessário dedicar mais tempo para gerenciar o orçamento familiar e ser educado financeiramente para conseguir ter uma vida mais tranquila e conquistar os objetivos almejados. É uma questão de criar hábitos, definir metas e seguir uma estratégia. Para criar filhos responsáveis, é necessário que os pais sejam responsáveis, principalmente em questões de educação financeira, pois os pais sempre serão os principais exemplos dos filhos. Hoje existem diversos meios que podem contribuir e também atrapalhar na educação dos filhos, como, por exemplo, televisão e internet, no sentido de que a mídia em geral pode iludir as crianças mostrando estilos de vida fúteis e que não correspondem à realidade da família, podendo ocasionar atitudes consumistas (DESTEFANI, 2015). Destefani (2015) continua destacando que desde a infância temos contato com o dinheiro, por isso devemos explicar aos filhos que o dinheiro é fruto de trabalho e é como os pais pagam as contas da casa. Desse modo, as crianças e os jovens possam ter ciência da realidade e das condições de vida da família. Assim, a educação financeira não será realizada tardiamente, o que pode ocorrer, em casos extremos, apenas quando há descontrole nas finanças ou endividamento.

Podemos observar que as instruções recebidas desde criança dependem da sociedade onde está inserida. Segundo Eker (2006), é uma questão muitas vezes cultural, pois as sociedades lidam com o dinheiro de maneiras diferentes e as pessoas têm sua maneira de pensar sobre o dinheiro muito particular. As primeiras noções sobre o conceito financeiro são recebidas através dos pais e das relações que eles exercem sobre o dinheiro, esses exemplos familiares constituem o modelo financeiro de um indivíduo, conforme afirma Eker (2006, p. 25):

O modelo financeiro de uma pessoa consiste numa combinação dos seus pensamentos, sentimentos e das suas ações em questões de dinheiro. [...] Constitui-se, fundamentalmente, da

informação ou programação que a pessoa recebeu no passado, sobretudo quando era criança.

Muitas vezes, tomamos consciência da importância da inteligência financeira para um futuro econômico, possivelmente promissor e equilibrado, por meio da educação escolar financeira.

A educação faz parte de nossas vidas desde o momento em que nascemos. É através dela que aprendemos as normas de nos interagir socialmente e como agir em todos os sentidos de nossa vida. E a educação financeira? O dinheiro também faz parte de nossas vidas desde o momento em que nascemos e é essencial que aprendemos a conviver com ele equilibradamente (SOUZA, 2012, p. 28).

Sendo assim, “toda criança é ensinada a pensar e a agir no que diz respeito às finanças” (EKER, 2006, p. 25). Entretanto, nos dias atuais a relação com o dinheiro tornou-se ainda mais complexa, pois as crianças tornam-se alvo de empresas que possuem estratégias bem elaboradas para produção de bens e serviços infantis, visando articular objetos vendáveis às suas preferências, normalmente com quatro anos ou mais. As empresas de propaganda gastam fortunas em projetos focados diretamente no público infantil, que muitas vezes possui uma cultura universal (BARBER, 2009).

Barber (2009) ainda destaca que a mídia em geral aparece como um artefato eficaz para o comércio e a divulgação de marcas e produtos. Essa questão, atrelada à conectividade crescente que a população vivencia, causa uma tempestade de informações, incentivando também o consumismo. Fica claro que a criação de produtos e serviços para as crianças e o marketing infantil está sendo cada vez mais explorado pelas empresas, fazendo com que seja necessário um cuidado maior dos pais em orientar bem seus filhos sobre consumo (BARBER, 2009).

Nessa mesma perspectiva, Hofmann e Moro (2012) afirmam que cada vez mais cedo as crianças entram em contato com o universo econômico, pois precocemente se tornam consumidores de bens e serviços diversos. Por esse motivo é que os pais precisam ficar cada vez mais atentos à educação de seus filhos, visando uma educação financeira atrelada à economia doméstica e ao consumo moderado, de acordo com a realidade de cada família, para que as crianças e os jovens não caiam nas tentações e ilusões da mídia em geral, tomando consciência do valor do dinheiro e da educação financeira desde a mais tenra idade. Após apresentar o referencial teórico que serve de embasamento a pesquisa, a seguir aborda-se a análise e discussão dos dados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 A Educação Infantil e sua importância na educação financeira

Como abordamos na introdução deste trabalho, a CNC (2017) divulgou que mais da metade da população brasileira encontra-se endividada. De acordo Crestani (2017), o mundo globalizado está cada vez mais avançado e veloz, envolvendo diversos aspectos da vida e da sociedade, portanto, fica difícil focar em apenas um assunto específico diante desse mundo complexo. A escola deve caminhar nessa direção, uma vez que,

O processo educativo, com algumas variações circunstanciais, segue aproximadamente a mesma dinâmica. [...] A educação de excelência é resultante de boas famílias e boas escolas, de um desejo de crescer, de madurar e de uma sociedade que apresente ofertas e iniciativas que encantam e ajudam na construção do ser humano (CRESTANI, 2017, p. 44).

Existem diversas justificativas para o aprendizado de finanças pessoais, além de fortalecer alguns conhecimentos básicos pode proporcionar um melhor aproveitamento dos benefícios financeiros que estão à disposição dos brasileiros, tais como: transações de compra e venda, orçamento doméstico, obter empréstimos, poupar e investir, ações que exigem interação com instituições financeiras. Além disso, é necessário levar em consideração o sistema de juros, taxas e impostos nos cálculos para evitar surpresas futuras, sendo que esses fundamentos são imprescindíveis para organizar as finanças pessoais.

A educação financeira é um assunto que deve ser tratado e é evidente a importância do tema na vida do cidadão, seja para comprar a casa própria, trocar de carro, planejar uma viagem ou obter um plano de aposentadoria ou previdência privada. Com isso, podemos afirmar que a escola tem um importante papel na educação financeira das crianças, conforme destaca Freire (2005), sendo necessário que o educador crie possibilidades que viabilizem a construção dos conhecimentos. Apesar das diferentes considerações quanto ao papel do professor, ele poderá contribuir para maximizar as perspectivas dos educandos em relação às múltiplas possibilidades existentes.

Nesse sentido, poderíamos nos apropriar da educação financeira nas escolas de uma forma mais concreta e lúdica. Nesse viés, encontramos uma coleção de livros infantis, que constrói nosso pensamento de um modo diferenciado sobre o conceito de dinheiro. Fica evidenciado que o sentido da riqueza está interligado a valores humanos, tais como, dignidade, respeito, amor ao próximo, solidariedade, ações benevolentes e que o retorno disso, são os resultados financeiros. Também desconsidera qualquer viés negativo sobre a riqueza e ainda enfatiza que não é necessário realizar uma escolha entre amigos, dinheiro ou saúde, que é possível ser próspero em tudo.

No primeiro livro infantil podemos perceber que o tema dinheiro é tratado de uma forma bastante subliminar e até subjetiva, como descrevemos na sequência. Santos e Carmo (2015), no livro “As sementes da riqueza” valorizam os talentos das crianças e incentivam os pequenos leitores a conquistarem todos os seus desejos. “A fartura é uma benção e seus talentos também”. (p. 10) A mensagem do livro caminha para ideia de que se pode ter tudo o que desejar e ser rico em todos os âmbitos da vida como saúde, amor, alegrias, amizades e em dinheiro. Como podemos perceber, o dinheiro é apenas uma parte dessas conquistas e a obra não trata sobre a administração deste bem.

O segundo livro analisado foi Davi e a árvore da riqueza. O menino Davi tem um sonho em que seu avô lhe dá três sementes: a semente do amor, a semente da dedicação e a semente da fé. Ao contar para o seu pai o sonho, ele complementa: “A riqueza é o fruto que vamos colher por sermos dedicados e fieis aos nossos princípios, se trabalharmos com capricho e envolvimento, receber muito dinheiro por isso é só uma questão de tempo” (SANTOS e CARMO, 2015, p. 16). Nos transmite a ideia de que para ser rico em dinheiro é necessário primeiro ser uma pessoa “amorosa, dedicada, confiante e comprometida com o bem” (SANTOS e CARMO, 2015, p. 17). Ou seja, esta segunda obra analisada tampouco aborda a educação financeira, pois permanece no patamar dos valores e da importância do trabalho.

4.2 A família e seu papel para a educação financeira

As dificuldades financeiras das famílias podem estar ligadas ao mal planejamento de gastos, denominado desequilíbrio financeiro. Isso se dá quando as contas não fecham, ou seja, as despesas familiares ultrapassam a renda, ocasionando dívidas. Algumas consequências diretas são endividamento, problemas ligados a estresse e brigas familiares, que podem ser agravadas por desorganização das finanças, acarretando uma desestruturação familiar pela falta de conhecimentos.

A educação financeira tem um papel social relevante, pois a gestão desajustada de finanças pode trazer riscos econômicos e sociais ligados ao desemprego, endividamento, inadimplência, falências de empresas e falta de planejamento para aposentadoria, ou seja, considerar riscos e oportunidades contribuirá para que sejam tomadas decisões embasadas. No entanto, muitos pais ausentes oferecem recompensas financeiras para suprir um possível sentimento de culpa, por meio de presentes fora de hora ou o atendimento frequente das vontades dos filhos como forma de suprir as ausências cotidianas. Isso pode trazer problemas à criança, que fica mal-acostumada e pode começar a pedir recompensa para tudo.

Comprar com responsabilidade, evitar a substituição constante de tecnologias, deixar claro para os filhos a

realidade financeira da família, ensinar a não desperdiçar o alimento, água e energia elétrica, são exemplos que as crianças podem se espelhar e levar para suas vidas. Os pais precisam passar aos seus filhos a importância do afeto, do carinho, do amor e da atenção. As crianças precisam estar cientes das condições dos pais, por meio da cultura familiar. Os pais não devem, como maneira de recompensa por algo, comprar um presente caro sem planejar como será pago. De uma forma direta e resumida, o endividamento e o descontrole financeiro estão ligados diretamente em gastar mais do que se ganha.

4.3 A ausência de parâmetros para educação financeira nos dispositivos legais

As leis citadas no presente artigo não nos mostram com clareza como trabalhar educação financeira voltada para os comportamentos das pessoas em relação às suas finanças. Este tema está localizado entre os temas transversais e fica subentendido que é possível ser trabalhado de maneira interdisciplinar. De qualquer forma, na prática escolar, essa realidade não acontece.

Ainda que de uma maneira vaga, podemos encontrar a matemática financeira em algumas escolas com a intenção de ensinar através de cálculos, muitas vezes com problemas matemáticos que fogem da realidade cotidiana, como por exemplo, “Joãozinho foi ao mercado para sua mãe e comprou duzentas laranjas, no caminho para sua casa perdeu cem laranjas”. Situações surreais que interferem em um aprendizado significativo. Talvez por que não haja parâmetros claros para esse tipo de conteúdo, acaba-se utilizando essas situações surreais.

Entendemos que deveríamos encontrar na legislação algo mais concreto sobre educação financeira que abrangesse todos os níveis escolares, inclusive na educação infantil. Abordando de uma maneira lúdica e concreta os conhecimentos sobre a inteligência financeira, começaríamos ensinando as crianças a valorizarem seu próprio dinheiro, economizar, administrá-lo para atingir seus objetivos. No ensino fundamental e médio poderiam ser desenvolvidos saberes sobre contas bancárias, financiamentos, taxas de juros, tipos de investimentos... São saberes cotidianos necessários que viabilizam possibilidades de como trabalhar com o nosso dinheiro e, com isso, os educadores incentivariam os estudantes à prática de ações menos impulsivas e mais responsáveis em termos monetários.

Conforme os índices de endividamento mostrados nessa pesquisa, podemos observar que as lacunas a serem preenchidas estão na educação de novos hábitos, criando comportamentos sustentáveis que resultarão em práticas mais cuidadosas e inteligentes, ou seja, planejamento financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira cada vez mais se mostra um assunto relevante em âmbito pessoal e profissional e, gradativamente, isso vem sendo abordado nas famílias e nas escolas. A veloz globalização, o acesso facilitado à informação, os avanços tecnológicos, o incentivo ao consumo, a expectativa de vida crescente e a complexidade do mercado financeiro são fatores explorados na pesquisa e que contribuem para mostrar a importância de abordar os assuntos financeiros. Obter conhecimentos básicos de finanças e planejar o fluxo de caixa pessoal e familiar de uma maneira responsável são pré-requisitos para enfrentar esses fatores citados, além de poder ter uma vida mais tranquila e realizar sonhos.

É preciso que haja debates frequentes que envolvam as escolas, as famílias e a comunidade para melhorar a educação financeira das crianças. Uma estratégia para alcançar esse objetivo é instigar uma aprendizagem literária desde cedo de assuntos financeiros. Para isso, é preciso que a escola valorize esses materiais e dialogue com as crianças. Paralelo a isso, a escola e a família adquirem em corresponsabilidade o papel de intensificar

esses debates, buscando uma contextualização do tema levando em consideração a realidade familiar e o mundo vivido. Dada a amplitude que a temática possui e tendo em vista a complexidade do mercado financeiro e as diversas possibilidades existentes, o presente estudo mostrou que a educação financeira é um tema relevante na vida das pessoas e que pode fazer muita diferença para o desenvolvimento da existência humana. Com o entendimento desses conceitos básicos, a população estaria mais capacitada para ter uma vida financeira saudável e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento da economia do Brasil. Torna-se necessário que os parâmetros para educação financeira desde a educação infantil sejam incluídos nos nossos dispositivos legais como a BNCC, principalmente. Nesse sentido, família e escola não podem ignorar a relevância desse debate.

Por fim, o intuito deste estudo não consistiu em esgotar o tema proposto, ao contrário, foi expor a problemática e trazer possíveis ações de melhoria suscitar o debate por parte das escolas, famílias e comunidade em geral. As limitações do estudo residem na escassez de material a respeito da temática. Dessa forma, a intenção é investir em novas pesquisas nessa área, buscando dados empíricos que respaldem a discussão, posto que acreditamos que a educação financeira iria contribuir diretamente na formação de uma nova geração responsável financeiramente.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. B. P. de. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- ANNUNCIATO, P. BNCC inclui educação financeira em matemática. **Revista Nova Escola** [online]. 07 de Março de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2WKG0rv>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- ANPED. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Reforma do Ensino Médio**: entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2gBLjlo>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- ARMSTRONG, T. **As melhores escolas**: a prática educacional orientada pelo desenvolvimento humano. Tradução Vinícius Duarte Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BARBOSA, D. L. **Infância**: diferentes conceitos e mesmas abordagens? análise do livro didático: Portal do Saber. 2010. 33p. Monografia apresentada ao Instituto Superior de Educação, Faculdade Alfredo Nasser, como parte dos requisitos para a conclusão do curso de Pedagogia. Aparecida de Goiânia, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2FfPAI9>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/1U7QxVu>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- CNC. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **CNC**: percentual de famílias endividadas aumenta em fevereiro após quatro quedas consecutivas. [online]. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ss22z6>> Acesso em: 14 nov. 2018.
- CRESEDE. COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento da educação básica**: ensino médio. [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2i09MBT>>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- CRESTANI, A. (Ir.). **A missão de educar com qualidade**: princípios, valores e atitudes na ação educativa. Porto Alegre: Edipucrs, 2017.

- DESTEFANI, S. M. Educação Financeira na Infância. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, v. 6, n. 4, p. 274-282, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZpkF3A>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- EKER, T. H. Os segredos da mente milionária. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2006.
- FAVA, R. **Educação 3.0**: aplicando o PDCA nas instituições de ensino. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FONTES, M. A. Motivação e estratégias de aprendizagem segundo a teoria das abordagens à aprendizagem: implicações para a prática de ensino-aprendizagem. **RIAAE: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 1727-1744, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2x0NqYq>>. Acesso em: 21 out. 2018.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GRANZOTTI, R. B. G.; SILVA, K. da.; DORNELAS, R.; CESAR, C. P. H. A. R.; PELLICANI, A. D.; DOMENIS, D. R. Situação-problema como disparador do processo de ensino-aprendizagem em metodologias ativas de ensino. **CEFAC**, São Paulo, SP v. 17, n. 6, p. 2081-2087, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Wmflkw>>. Acesso em: 21 out. 2018.
- HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- HANSON, M. CNC: percentual de famílias endividadas aumenta em fevereiro após quatro quedas consecutivas. **Notícias imprensa - CNC do tamanho do Brasil**. [online]. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ss22z6>>. Acesso em: 04 set. 2018.
- HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. **Pai Rico Pai Pobre**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MAGALHÃES JÚNIOR, A. G.; SANTOS, M. T. S. C. dos.; SILVA NETA, M. de L. da. Aprendizagem Cooperativa: uma Experiência no Ensino Médio Profissionalizante. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 26, n. 52, p. 247-263, 2016.
- MEC. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**. [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2kZZBNt>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SANTOS, A. R.; CARMO, Rogério Olegário do. **As sementes da riqueza**. Salvador, BA: Humanidades Editora e Projetos, 2015. (Coleção crescer e enriquecer).
- SANTOS, A. R.; CARMO, R. O. do. **Davi e a árvore da riqueza**. Salvador, BA: Humanidades Editora e Projetos, 2015. (Coleção crescer e enriquecer).
- SCHAEFER, J. S. G. Afetividade entre professor e aluno no processo ensino-aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, Mato Grosso, v. 6, n. 2, 15. ed., p. 142-151, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/31C3a1X>>. Acesso em: 21 out. 2018.
- SERS. **Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul**. Busca de escolas [online]. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ji2FS2>>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- SILVA, N. C. da. **Matemática financeira** – economia doméstica Educação financeira. 2012. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SOUZA, D. P. de. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. 76 f. Trabalho apresentado como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, Newton Paiva, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2eOiS0O>>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.